

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**NIOMAR LUIS SZULC**

**ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERMANÊNCIA E SUCESSÃO  
NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DE GUARANI DAS MISSÕES**

**Porto Alegre**

**2022**

**NIOMAR LUIS SZULC**

**ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERMANÊNCIA E SUCESSÃO  
NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DE GUARANI DAS MISSÕES**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato

Coorientador: Dra. Adriana Aparecida Moreira

**Porto Alegre**

**2022**

**NIOMAR LUIS SZULC**

**ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERMANÊNCIA E SUCESSÃO  
NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DE GUARANI DAS MISSÕES**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 21 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato – Orientador

UFRGS

---

Profa. Dra. Sirlei Glasenapp

UFSM

---

Prof. Dr. Vanderlei Franck Thies

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro, gostaria de agradecer aos meus familiares por sempre me apoiar em meus estudos, a meu pai, minha mãe, e minha esposa Laura.

Também gostaria de agradecer a esta Universidade e a todo o seu corpo de docentes e funcionários, os quais através de seu esforço e dedicação me oportunizaram a realização desta formação acadêmica, e a tutoria presencial e a distância pelas orientações ao decorrer do curso, em especial ao professor orientador e minha coorientadora.

Aos colegas do escritório da Emater local, pelo tempo disponibilizado, apoio e cedência dos dados estatísticos presentes neste trabalho.

E por fim, a todos os colegas do curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural, pela amizade e parceria no decorrer destes anos de estudo.

## RESUMO

A economia de Guarani das Missões, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, assim como os demais municípios da região, está alicerçada no cultivo agropecuário, essencialmente na produção de soja, leite, milho e trigo, a partir de agricultores familiares, face ao modelo de colonização basicamente por descendentes europeus, predominante na região. Nas últimas décadas, tem se observado a redução de propriedades bem como do número de residentes no meio rural. Este estudo busca compreender a percepção dos agricultores familiares de Guarani das Missões, acerca do êxodo e sucessão familiar rural. Neste contexto buscou-se conhecer a realidade das propriedades rurais sobre questões sociais, econômicas, ambientais e familiares, e como tais fatores afetam a relação do indivíduo com o meio rural e influenciam a permanência, ou não, dos mesmos neste espaço. Para a realização deste estudo foram entrevistados dez agricultores, estes residentes no meio rural, em diversas comunidades do município. A partir dos dados obtidos com a pesquisa de campo, pode-se observar que a maioria dos entrevistados está satisfeito com a sua área de terras disponível para produzir e residir, bem como não consideram as intempéries climáticas um fator preponderante para a sua saída do meio rural. No âmbito da permanência do meio rural, a maior preocupação vem a partir do avançar da idade, de modo que não exista uma certeza quanto a sucessão do projeto produtivo, embora conforme dados obtidos, isso esteja sendo trabalhado nas propriedades em que existe esta possibilidade. Deste modo, os resultados desta pesquisa reforçam a importância do suporte ao processo de sucessão aos jovens por parte dos pais, bem como as diversas políticas públicas de apoio a produção existentes, destacadas como essenciais para a permanência dos agricultores no meio rural.

Palavras-chave: Percepção do agricultor. Sucessão familiar. Agricultura familiar. Permanência no meio rural. Intempéries climáticas.

## **ABSTRACT**

The economy of Guarani das Missões, a city in the Northwest region of Rio Grande do Sul state, as well as the other cities in the region, is based on agricultural cultivation, essentially in the production of soy, milk, corn and wheat, from family farmers, given the colonization model from European descendants, predominant in the region. In the last decades, there has been a reduction of properties as well as the number of residents in rural areas. This study aimed to understand the perception of family farmers from Guarani das Missões, in of Rio Grande do Sul State, about the exodus and rural family succession. In this context, we sought to know the reality of rural properties on social, economic, environmental, and family issues, and how such factors affect the individual's relationship with the rural environment and influence the permanence, or not, of them in rural area. In order to carry out this study, ten farmers were interviewed, these residents in rural areas, in different communities of the city. From the data obtained from the field research, it can be observed that the vast majority are satisfied with their area of land available to produce and reside, as well as they do not consider the weather to be a preponderant factor for their departure from rural areas. In terms of the permanence of the rural environment, the biggest concern comes from advancing age, so that there is no certainty as to the succession of the productive project, although according to data obtained, this is being worked on in properties where this possibility exists.

**Keywords:** Farmer's perception. Family succession. Family farming. Agriculture permanence. Weather conditions.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 OBJETIVO GERAL .....	10
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	10
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>11</b>
2.1 TERRITORIALIDADE E A COLONIZAÇÃO EM GUARANI DAS MISSÕES .....	11
2.2 SUCESSÃO FAMILIAR, MIGRAÇÃO TERRITORIAL E ÊXODO RURAL .....	13
2.3 OS NOVOS MODELOS DE AGRICULTURA E AGRICULTORES NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	16
2.4 OS NOVOS PADRÕES SUCESSÓRIOS E A BUSCA DE NOVAS ALTERNATIVAS A PARTIR DA NÃO SUCESSÃO .....	18
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
3.1 TIPO DE ESTUDO .....	21
3.2 ÁREA DE ESTUDO .....	21
3.3 COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	22
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>24</b>
4.1 CARATERIZAÇÃO DO MEIO RURAL DA ÁREA DE ESTUDO.....	24
4.2 POPULAÇÃO PESQUISADA .....	28
4.3 UMA ANÁLISE DE COMO OS FATORES SOCIAIS, ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E FAMILIARES PODEM INFLUENCIAR NA PERMANÊNCIA OU NÃO DA POPULAÇÃO NO MEIO RURAL.....	31
4.3.1 Indicadores sociais.....	31
4.3.2 Indicadores Econômicos.....	32
4.3.3 Indicadores Ambientais e climáticos.....	35
4.3.4 Indicadores familiares .....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo do êxodo e sucessão rural tem função relevante, visto que busca entender como se dão os processos migratórios dentro dos territórios bem como de que forma, e se é trabalhado, o processo de sucessão rural nas propriedades. A pesquisa no âmbito destes temas busca evidenciar a problemática no meio rural e subsidia o poder público para buscar alternativas visando conter ou amenizar o fenômeno, bem como permite uma elaboração mais aprimorada de políticas públicas e de planejamento futuro para estas populações, além de permitir um melhor planejamento e oferta de serviços no espaço urbano para receber os indivíduos migrantes.

A sucessão no meio rural, tradicionalmente tem se dado através da permanência de, pelo menos, um dos filhos nas propriedades da agricultura familiar, a característica mais notável, se não a principal deste processo, é o filho sucessor receber a propriedade dos pais, ou pelo menos parte desta, como herança, ali viver e produzir, e então assumir a responsabilidade por seus pais a partir do envelhecimento destes.

Analisando isto, nas décadas passadas não havia dificuldade para os pais encontrar um, ou até mais sucessores para as atividades da propriedade, considerando ainda, as famílias mais numerosas, o amplo mercado de terras agricultáveis disponíveis, a baixa escolaridade dos descendentes, a qual limitava seus horizontes profissionais e obviamente, a pressão dos pais para ao menos um filho permanecer na propriedade, valendo assim a lógica de que todo filho de agricultor, seria agricultor.

Atualmente, em função do distanciamento dos jovens das atividades rurais e a busca por outras alternativas profissionais, com menos penosidade e renda mensal fixa, observa-se dificuldades para consolidar a sucessão das propriedades no meio rural, uma vez que os sucessores adotam a migração como estratégia de inserção no mercado de trabalho e no meio urbano. Conforme o IBGE (2010), em 1980 a população rural brasileira correspondia a um percentual de 32,30%, enquanto os residentes em áreas urbanas eram 67,70%. Ainda sobre a demografia da população brasileira, segundo o IBGE (2010), em 2010 a população residente nas áreas rurais do país passou a ser de apenas 15,64%, aumentando assim consideravelmente a população urbana, que passou a contar com mais de 84% da população.

O município de Guarani das Missões, segundo o último censo do IBGE (2010), conta com 38% de sua população residindo no meio rural. Neste trabalho, buscou-se abordar a questão do êxodo rural numa visão geral, mas principalmente, sobre a percepção dos entrevistados,

quanto a temática em função de fatores sociais, econômicos, ambientais e familiares, e como estes elementos condicionam ou não a permanência dos indivíduos no meio rural, com base em pesquisa de campo através de entrevistas. O objetivo geral deste estudo foi analisar os fatores causadores da contínua redução da população rural do município, enquanto que com os objetivos específicos, procurou-se analisar como os fatores sociais, econômicos, ambientais e familiares podem influenciar na permanência ou não da população no meio rural.

A justificativa para a escolha deste assunto é que o êxodo está muito presente no município de Guarani das Missões, mesmo com poucas oportunidades profissionais no meio urbano, fator este que sugere aos indivíduos inclusive a deixar o município. Ainda, em função da região ter sido assolada por uma estiagem histórica no ano safra 2021/2022, se buscou entender como fatores os climáticos interferem na vivência e permanência no meio rural.

Após tais considerações iniciais, temos a pergunta tema do estudo a seguir: Como os fatores sociais, econômicos, ambientais e familiares afetam a vivência e permanência da população rural de Guarani das Missões?

## **1.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar os fatores causadores da contínua redução da população rural do município de Guarani das Missões, no Rio Grande do Sul.

## **1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1 Analisar como os fatores sociais podem influenciar na permanência ou não da população no meio rural.
- 2 Investigar como os fatores econômicos interferem na permanência ou não da população no meio rural.
- 3 Avaliar como os fatores ambientais condicionam ou não a permanência da população no meio rural.
- 4 Analisar como os elementos familiares podem influenciar na tomada de decisão do indivíduo quanto a permanência ou não no meio rural.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão de literatura deste estudo buscou dissertar sobre os temas da territorialidade e colonização do município estudado, além de caracterizar o meio rural de Guarani das Missões e abordar conceitos como sucessão familiar, migração e êxodo rural. Nos tópicos seguintes são apresentados os levantamentos bibliográficos que discutem esses temas, através da visão de diversos autores, afim de contextualizar a problemática do esvaziamento do meio rural.

O êxodo rural pode ser entendido como a migração da população do meio rural para o urbano, tal fenômeno pode se dar devido ao aumento de fábricas, indústrias, empresas e oportunidades de emprego na cidade. O visível desenvolvimento no meio urbano nas últimas décadas, oportunizou melhor remuneração, futuro supostamente mais próspero, e também facilitou o acesso a serviços como atendimento médico, hospitalar, educação, saneamento básico, tecnologias, entre outros, que por vezes já estão em plena aplicação no meio urbano e tendem a ser mais escassos no meio rural.

### 2.1 TERRITORIALIDADE E A COLONIZAÇÃO EM GUARANI DAS MISSÕES

Conforme Saquet (2007) “o território constitui-se em um desses conceitos complexos, que envolve diversos elementos da nossa relação com o espaço.” Para este, a partir dos anos de 1950 à 1970 identificou-se quatro tendências gerais sobre o conceito de território; a primeira de cunho econômico, outra baseada na geopolítica, a terceira voltada para as questões das relações simbólico-culturais, e mais recentemente significações sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento local do território.

Na visão de Soares (2009, p. 62) “é possível iniciar as reflexões considerando que o território não se entende apenas como o espaço geográfico onde a vida humana, animal e vegetal está presente, e onde estão nossos recursos materiais, mas envolve também a atividade humana que modifica o espaço que ocupa.” Deste modo, a cultura torna-se um meio de estabelecimento dos grupos sociais no espaço geográfico, estabelecendo laços e vínculos, indicando assim um sentimento de “pertencimento”, uma identidade cultural no local em que se vive.

O território inicialmente foi colonizado pelos índios Guaranis, em função de sua proximidade com os Sete Povos das Missões, e o nome “Guarani das Missões” foi assumido

em 1950, de origem indígena, se refere a estes povos que aqui habitavam antes da colonização europeia.

Slodkowski e Heidrich (2011) relatam que por volta do século XIX, iniciou-se um fenômeno migratório nos Estados Unidos, causado pela expansão da industrialização. Através da iniciativa do governo e indústria, observou-se uma intensa campanha em busca de trabalhadores de diversas profissões, a fim de abastecer com mão de obra tal setor. Anos depois, iniciativa semelhante foi propagada em favor da migração para os países da América Latina. No Brasil também se buscou mão de obra europeia para as terras então despovoadas. Em 1850 a fim de legitimar o processo colonizador no Brasil, o governo Federal cria a Repartição Geral de Terras públicas que descontinua a concessão gratuita de lotes aos imigrantes. Em 1898, então foram estabelecidos critérios e valores monetários para a aquisição de terras e para o assentamento.

Ainda conforme Slodkowski e Heidrich (2011), a partir deste período então se desencadeiam os movimentos da migração polonesa para o nosso país, caracterizados por dois períodos principais; entre os anos 1890 e inícios da I Guerra Mundial, conhecidos como a “febre brasileira”. Entre 1890 e 1897 o governo brasileiro proporcionava o deslocamento gratuito dos imigrantes, através dos contratos com as companhias de navegação, e o segundo período iniciado em 1906. Porém, em períodos anteriores a década de 1890 já se registrava a presença de imigrantes poloneses no Brasil.

Segundo os autores no período intitulado de “febre migratória (1889/90-1914), destaca-se que aproximadamente noventa mil poloneses chegaram ao Brasil, fixando-se 45% no Rio Grande do Sul, 40% no Paraná e os 15% restantes em Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais”. Observa-se que a imigração polonesa, não foi um fenômeno planejado, como aconteceu com as etnias alemãs e italianas. Em função da situação em que viviam em seu país, os poloneses viram no Brasil a oportunidade de melhores condições de vida. Sob domínio das potências Rússia, Prússia e Áustria, a grande maioria dos imigrantes só conseguiu acesso aos navios das companhias portando passaportes russos, prussianos ou austríacos.

Na obra “A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais” Marmilicz (1996) descreve que: Fundada em 1891, a colônia Guarani das Missões abrangia a área de em torno de dois mil lotes rurais, e pertencia a chamada região missioneira. A afirmação da polonidade neste território dava-se em torno de uma importante tríade: igreja-sociedade-escola. Para os imigrantes poloneses a manutenção de seus vínculos comunitários passava por

estes princípios, onde reuniam-se em comunidade, em família para compartilhar seus anseios e cultivar raízes, distantes da sua pátria.

Para Slodkowski e Heidrich (2011) “a colônia progrediu ressaltando os aspectos culturais em sua organização.” Denominada desde 1996 como “Capital Polonesa dos Gaúchos”, Guarani das Missões foi edificada e constituída a partir das tradições e vínculos advindos da Polônia. A culturalidade polonesa apesar de não tão numerosa e abrangente como a italiana, ou alemã, constitui um importante território étnico no estado do Rio Grande do Sul, inclusive país, em função da sua distinção das demais, além de suas especificidades linguísticas, religiosas, gastronômicas e culturais como um todo.

## 2.2 SUCESSÃO FAMILIAR, MIGRAÇÃO TERRITORIAL E ÊXODO RURAL

No último censo demográfico do IBGE foram contabilizados 8115 habitantes no município de Guarani das Missões, tendo como projeção para o ano de 2020, 7463 pessoas. Do ano de 2001, 8911 habitantes, para 2020, 7463, temos uma redução de mais de 16% dos habitantes do município. Avançando nas pesquisas junto ao sistema SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) do IBGE tínhamos em 1991 em torno de 58% da população residindo no meio rural, no ano 2000 esse número passa para 44%, e no último censo (2010) apenas 38% da população tem o interior do município como local de residência.

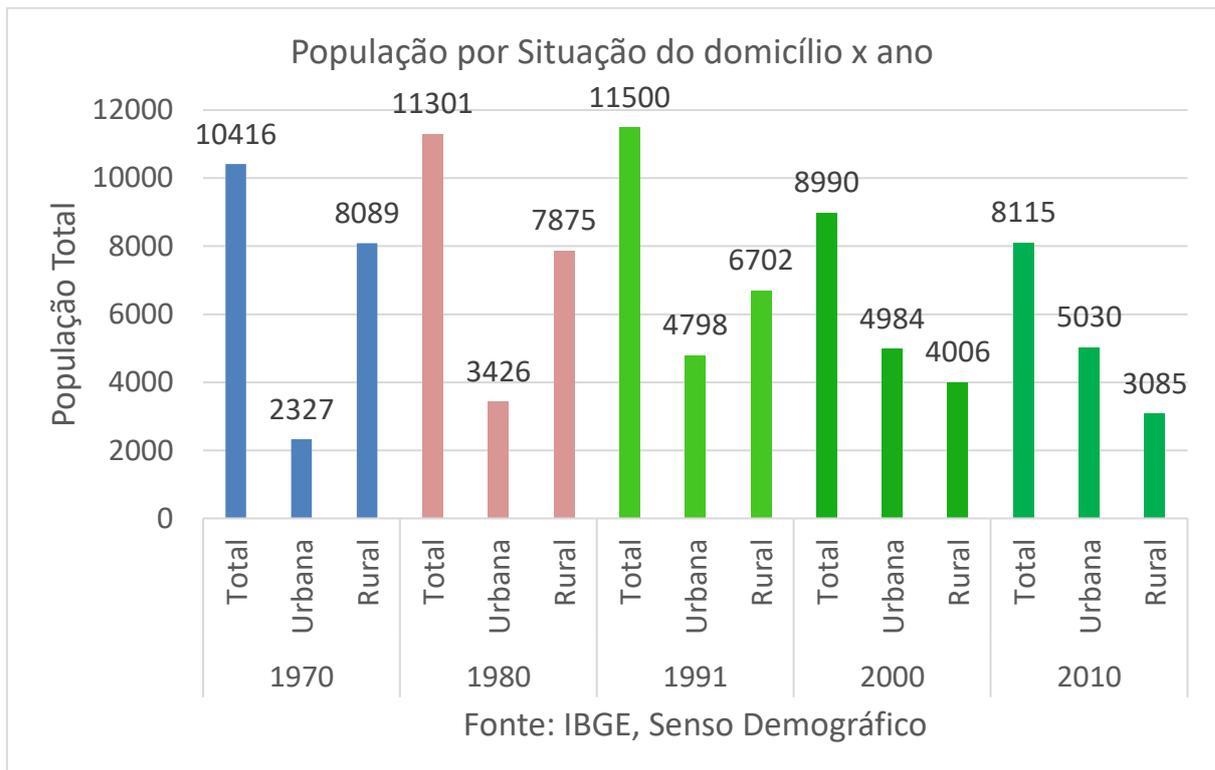


Figura 1: População urbana e rural de Guarani das Missões/RS

Conforme os dados apresentados a partir do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, constata-se a ampla redução populacional no município, principalmente no meio rural e tem-se a problemática para pesquisa, que se dá em torno do fenômeno da evasão das famílias da área rural no município de Guarani das Missões, seja para o meio urbano ou para outros territórios.

Segundo Panno e Machado (2014), dentre os aspectos responsáveis pelo êxodo rural, principalmente dos jovens está a falta de perspectivas destas pessoas em buscar uma oportunidade melhor em prosperar na terra, uma vez que os incentivos dados para que a permanência aconteça, apesar de crescentes, ainda são pouco atrativos frente as oportunidades do meio urbano.

Para Moreira et. al (2020), no sul do Brasil, a garantia da sucessão nas gerações passadas ocorria a partir da valorização da agricultura e do modo de vida no meio rural repassada de pais para filhos, além do amplo mercado de terras que favorecia a instalação destes em novas propriedades, a baixa escolaridade dos filhos que limitava seus horizontes profissionais, e a pressão dos pais para, ao menos um filho continuar na propriedade para ampará-los na velhice, desta forma valia a lógica de que todo filho de agricultor também seria agricultor. Apesar dos

filhos terem sido criados “na roça”, socializados ao trabalho agrícola juntos dos pais, isto não significa que atualmente não haja mudanças.

Lermen (2017) relata que os agricultores recebem pouca informação e capacitação sobre a sucessão familiar, o que os impede de dar a prioridade necessária ao assunto, sugere que é preciso capacitá-los adequadamente dentro de sua linguagem e entendimento para que os mesmos passem a colocar a sucessão na pauta de suas atividades diárias e então, passar a discutir este assunto com a família. Esta escassa discussão sobre sucessão rural nas propriedades, acaba tendo como consequência um acentuado processo de êxodo rural, principalmente nas unidades de produção agrícolas familiares, as pequenas propriedades rurais.

Para Ferreira (2013) “o ato de migrar consiste em trocar de região, país, estado, ou simplesmente de domicílio.” A migração do rural para o urbano gera diversos problemas, dentre os principais: a diminuição da população, menor disponibilidade de mão de obra, e consequentemente diminuição na produção de alimentos e matérias prima, o que acarreta no aumento da inflação, assim aumentando o custo de vida principalmente na zona urbana, lembrando que este espaço agora pertence também aos imigrantes, outrora da zona rural. Por sua vez, na zona urbana, a chegada de emigrantes gera aumento da população e desemprego, aumento dos subempregos, marginalização e o crescimento ou nascimento de favelas.

Porém não só fatores negativos surgem da migração, conforme explica Golgher (2004, p. 6) “a migração não é importante apenas para as pessoas que trocaram de local, mas também para o local que as recebe, no desenvolvimento de regiões e países, no crescimento populacional de cidades na troca de experiências e tecnologias entre os povos, etc.” O autor cita ainda que as pessoas mudam quando migram, e as regiões também mudam quando indivíduos migram.

Outro fator relevante para a questão da migração tem a ver com a fecundidade, Golgher (2004) explica que esta, tende a ser historicamente mais elevada nas famílias mais pobres e com menos instrução, logo, estas crescem muito mais rapidamente que as ricas. Tal fenômeno tem relação direta com a questão migratória, visto que com o aumento do número de membros familiares nos núcleos de baixa renda, crescem as dificuldades enfrentadas por estas, estimulando assim a emigração destes locais. Conforme Golgher (2004), a fecundidade da população em geral vem diminuindo historicamente, e também é comprovado que ela é maior no campo do que na cidade, fator este que gera aumento das dificuldades das famílias camponesas e novamente, estimula o movimento de fluxos migratórios do rural para o urbano.

Já Führt (2012), aponta que, podemos gerar também demais hipóteses para os processos migratórios ocorrerem, seja através da descapitalização dos produtores rurais, maior eficiência

das novas tecnologias e do modelo extensivo de agricultura através das monoculturas, pressão pela concentração fundiária, o envelhecimento da população impossibilitando os membros restantes no meio rural de dar continuidade a atividade, bem como a maior facilidade de acesso na cidade a serviços de saúde, educação, social, religião e de entretenimento, este último, principalmente aos jovens.

Neste sentido segundo o IBGE (2006), é fundamental a realização de diagnósticos da população e seus índices de desenvolvimento, que correspondem às necessidades humanas, melhoria de qualidade de vida e satisfação pessoal, além da justiça social, de modo que abranja temas como: população, saúde, segurança, educação e habitação. Tal ferramenta possibilita aos gestores o conhecimento da real situação demográfica de determinado território, a fim de planejar o espaço de habitação da população, criar políticas públicas direcionadas aos seus anseios, e possibilitar a previsão e mitigação de problemas relacionados à transição demográfica e migratória.

### 2.3 OS NOVOS MODELOS DE AGRICULTURA E AGRICULTORES NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Fernandes (2018) explica que a agricultura familiar é responsável pela produção de parte significativa dos nossos alimentos. Historicamente este grupo têm se defrontado com os grandes proprietários de terra, com as corporações nacionais e internacionais e, mais recentemente, com as multinacionais comandando impérios alimentares, como um novo modelo de organização do trabalho e do capital no campo, visando organizar as formas de trabalho e produção, segundo seus interesses de produção e avanço do controle do mercado de alimentos, estes impérios possuem caráter expansionista, e buscam controlar os processos de produção, industrialização e distribuição dos alimentos.

Conforme destaca Thies (2020), o processo de capitalização camponês, provocaria o aumento da produtividade do trabalho a partir da inclusão de progresso técnico, tendendo a superar as formas mais artesanais de produção, a partir do aumento e da complexificação da divisão social do trabalho, gerando a separação entre meio rural e urbano, com o gradativo submetimento da agricultura aos propósitos da indústria.

As alterações no modelo produtivo estimuladas pelos impérios alimentícios implicam a necessidade de crescentes valores investidos por parte do agricultor, tanto para o custeio quanto

para investimento, pois são intensivas em insumos para seu satisfatório desenvolvimento e dependentes de máquinas e equipamentos de elevado custo afim de adequar as propriedades ao seu “padrão produtivo”. Deste modo, os agentes financeiros por serem detentores e executores do crédito disponibilizado pelos governos e da disponibilidade do mesmo a curto e longo prazo se inserem de forma ativa e crescente como um novo e poderoso elo para o financiamento do projeto produtivo da indústria alimentícia, o qual será executado e bancado pelo produtor rural (DELGADO, 2012).

Para Schneider (2001), uma alternativa de ação intencionalmente organizada dentro das famílias rurais que tem sido cada vez mais observada sendo desenvolvida pelos agricultores é a ocupação de trabalho familiar em atividades não agrícolas. Desta forma, a pluriatividade é percebida como uma estratégia de reprodução social vislumbrada por agricultores familiares em situações onde sua inclusão na divisão social do trabalho permite o desenvolvimento combinado de atividades agrícolas com não agrícolas, não estando limitadas ao setor agrícola e nem ao campo, assim, representando uma forma social de arranjo do trabalho e da produção com propriedades variadas, mas fundada nesse ajuste entre o trabalho com o não agrícola. Não se aborda apenas uma análise isolada de rendas não agrícolas auferidas pelos componentes da família rural, mas de uma abordagem sobre as dinâmicas rurais e as atividades agropecuárias, onde se assume a família rural e suas estratégias como unidade de análise.

Ainda, considera-se que os arranjos de classe determinados são tipicamente capitalistas, como burguesia e proletariado, não são suficientes para a adequada explicação e posicionamento das famílias de agricultores familiares, visto que esses grupos sociais historicamente não se identificam totalmente com uma ou outra dessas disposições. Entretanto, sustenta-se que as formas de trabalho e produção camponesas estão cada vez menos avulsas as dinâmicas gerais de acumulação do capital, sendo fundamental para a compreensão dos organismos e estratégias de inserção desses sujeitos na moderna divisão social do trabalho levar em conta os nexos e as múltiplas e distintas determinações entre esses elementos específicos e suas relações gerais.

Schneider (2009) entende o rural como espaço de diversidade, onde os indivíduos estabelecem uma teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, cujas transformações e mudanças ocorrem dos mais diversos modos, sendo que a dinâmica socioeconômica destas pessoas se traduz em uma projeção particular do conjunto das relações de trabalho e produção existentes nos marcos de uma sociedade capitalista. Deste modo, a

agricultura familiar não se encontra alheia às transformações exógenas e genéricas da sociedade, sendo essa uma das razões de sua diversidade e heterogeneidade (PLOEG, 2008).

Ploeg (2008), afirma ainda que, o império é um princípio orientador que tem muitos condutores, com diferentes fontes e formas, baseado em uma série de mecanismos através dos quais se relaciona com os agricultores, operando na forma de um sistema coagente e onipresente nos espaços rurais. Um dos mecanismos mais utilizados pelos impérios é a fragilização da base de recursos historicamente criada pelos camponeses, e que até então era por eles controlada em um processo de transformação recíproca entre homem no espaço rural e a natureza. Ao fragilizar essa base de recursos os impérios acabam por minar as possibilidades de reprodução das formas camponesas de distintos modos, como por exemplo, através do controle da água, do bloqueio ao crédito, da criação de imitações de produtos típicos, entre outros.

A reestruturação dos processos produtivos e a intensificação da mercantilização, estimulados a partir da modernização agrícola, compuseram os esteios do surgimento e expansão da forma empresarial de agricultura. Nela a produção é altamente especializada e inteiramente voltada ao mercado, de quem os agricultores são intimamente dependentes, especialmente através dos insumos. Esse modelo de agricultura encontra-se fortemente ligado ao consumo mundial, por meio de empresas alimentícias de processamento e comercialização em grande escala. É um modelo agrícola essencialmente baseado, apesar de não exclusivamente, em capital financeiro e industrial, no formato de crédito, insumos e tecnologias. Seu avanço se dá através da ampliação de escala, sendo essa uma necessidade e uma de suas particularidades mais fortes. Nessa forma de produção ocorre o cultivo simples de mercadorias, onde, à exceção do trabalho, todos os demais recursos entram no processo como mercadorias. A partir daí, são introduzidas as relações de mercado reinantes e a lógica do mercado nos processos produtivos (PLOEG, 2008).

#### 2.4 OS NOVOS PADRÕES SUCESSÓRIOS E A BUSCA DE NOVAS ALTERNATIVAS A PARTIR DA NÃO SUCESSÃO

Conforme Spanevello (2008), as mudanças nos padrões de sucessão familiar rural, ocasionadas, sobretudo, pela falta da mesma, observadas mais recentemente, obrigam os pais a traçar outras estratégias, especialmente no que diz respeito ao destino das propriedades familiares, estas, muitas vezes estruturadas e com seu projeto produtivo bem definido. Nos

casos em que não ocorre a sucessão, segundo estudos, a herança, está na figura da propriedade, acaba se tornando um dilema para os pais.

Neste contexto, Spanevello (2008), ao avaliar a situação de agricultores sem sucessores verificou que um dos principais encaminhamentos é a venda, esta, sendo apoiada pelos próprios sucessores. Já outra parte dos agricultores não pensa em se desfazer, mas deixar para os filhos, mesmo sabendo que estes não retornarão para produzir, tendendo estas áreas a se tornarem sítios de lazer e fim de semana, ou serem arrendadas para terceiros.

Nos casos de venda da propriedade, a decisão não é simples e fácil de ser tomado pelos agricultores, Carneiro (1998) destaca em seu estudo que, principalmente entre os agricultores mais idosos, estes que ainda demonstram sentimento de apego e pertencimento ao rural, e a vida construída na propriedade. Todavia, mesmo não sendo o anseio destes, esta acaba se tornando a solução encontrada para enfrentar o envelhecimento de modo mais cômodo e menos penoso, sobretudo após a aposentadoria dos mesmos. O fato é que as famílias rurais têm a clara percepção de que, mesmo que deixassem a propriedade aos sucessores, estes realizariam a venda da mesma posteriormente.

Referente a possibilidade de venda da propriedade pelos agricultores, Spanevello (2014) observa que a mesma se dá em função fatores como: a) envelhecimento dos pais, assim reduzindo a força física na execução dos trabalhos agrícolas; b) falta de estímulo a novos investimentos na infraestrutura da propriedade, em função da inexistência de sucessores para usufruir das melhorias; c) apreensão quanto a solidão e o isolamento, tendo em vista que muitos vizinhos e amigos nas redondezas também estão efetuando a venda de suas propriedades, e; d) motivação dos próprios filhos para a venda, apoiando os pais para que passem a habitar o meio urbano ou mesmo junto destes na cidade e assim ficar mais perto de recursos, especialmente no atendimento e acesso a saúde. No entanto, o ato de se desfazer da propriedade seus diversos bens é uma questão que remete a um conjunto de causas muito amplo, e que considera até mesmo fatores alheios à família.

Já relacionada a segunda estratégia, deixar a propriedade familiar aos sucessores, a mesma acontece devido aos agricultores demonstrarem uma certa resistência em se desfazer da mesma, buscando, assim, no decorrer do tempo, alternativas para resolver o impasse sobre o destino do mesmo. Conforme relata Spanevello et al. (2014a), nestes casos embora a terra seja um bem visto sob a ótica de importância monetária, o apego e enraizamento cultural ao território local de alguma forma persistem. Deste modo, a tentativa de deixar para aos filhos busca de

alguma forma preservar a continuidade da propriedade familiar, mantendo o valor econômico e moral da terra.

As autoras ressaltam ainda que, apesar dos agricultores passarem para os sucessores a responsabilidade sobre a propriedade futuramente, o destino que a mesma terá já é sabido pelos mesmos. Ou seja, os agricultores têm clareza de que os filhos, possivelmente venderão as propriedades, ou as transformarão em um sítio de fins de semana e lazer; ou, ainda, colocarão estas para arrendamento aos vizinhos ou interessados em cultivá-las ou outras finalidades. Nestes casos, o propósito das propriedades rurais, de atividade agrícola, acaba sendo modificado (SPANEVERELLO et al., 2014).

### 3 METODOLOGIA

Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho junto ao município de Guarani das Missões, estas abrangem o tipo de estudo, a área e campo de estudo, a coleta, análise e interpretação dos dados e os aspectos éticos da pesquisa.

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Conforme Minayo (1994), na fase de metodologia não está contemplada somente a exploração a campo, mas também é o momento de definir os instrumentos e procedimentos para analisar os dados obtidos.

Para a realização deste estudo, quanto a sua natureza, tende a ser uma pesquisa Aplicada, visto que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, voltados à solução de problemas específicos, ainda, caracterizada por envolver verdades e interesses locais.

Em relação à abordagem, esta pesquisa tende a ser do tipo Qualitativa, uma vez que busca explicar como os fatores elencados nos objetivos influenciam no abandono da atividade agrícola por parte dos residentes do município.

Quanto aos objetivos, se optou pela utilização de uma pesquisa descritiva, que segundo TRIVIÑOS (1987) exige do investigador uma série de informações sobre o assunto que será abordado ou pesquisado. Tal estudo busca descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

#### 3.2 ÁREA DE ESTUDO

O presente estudo será desenvolvido no município de Guarani das Missões, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) Missões e pertencente a bacia hidrográfica do Rio Uruguai. O município conta com uma área de 290,7 km<sup>2</sup>, e está distante cerca de 475 quilômetros da capital, Porto Alegre, fazendo divisa com os municípios de Sete de Setembro, Ubiretama, Senador Salgado Filho, Cerro Largo e

Mato Queimado. Conforme dados do IBGE (2010), o município de Guarani das Missões possui 8.115 habitantes, sendo que 3085 estão no meio rural.

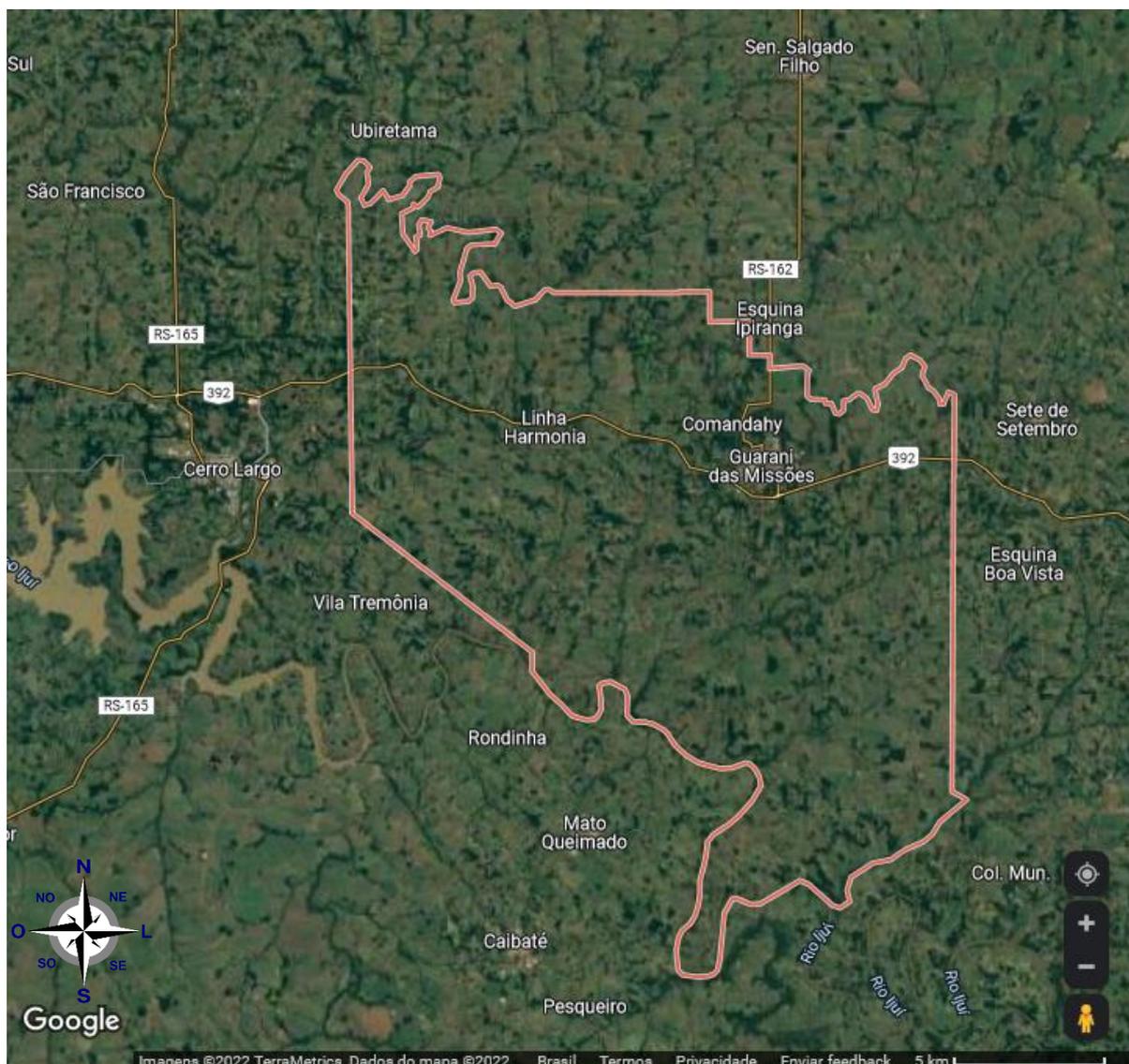


Figura 2: Localização do município de Guarani das Missões

Fonte: Google Maps

### 3.3 COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A metodologia empregada neste trabalho de pesquisa foi a de entrevista semiestruturada. A mesma busca qualificar os entrevistados e entender os principais motivos que tem levado a desistência da atividade rural no município, dando ênfase aos fatores elencados nos objetivos. Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada foca

em um tema sobre o qual construímos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões intrínsecas ao momento da entrevista.

Conforme DESLAURIERS (1991) o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. A escolha dos entrevistados se deu de forma aleatória, em consulta ao escritório municipal da Emater, levando em consideração que os mesmos fossem agricultores familiares, residentes no meio rural de Guarani das Missões. Todos os entrevistados residem em localidades diferentes no meio rural do município, em função do tempo disponível e finalidade do estudo, se definiu o numero de dez (10) famílias para a entrevista e elaboração do estudo.

As entrevistas foram aplicadas de maneira presencial através de visita agendada com os produtores, a partir de conversa informal com o entrevistado, gravado em smartphone, mas de modo que o mesmo se sentisse livre e à vontade para expor suas respostas e opiniões sobre as questões. Posteriormente, os dados obtidos a partir das entrevistas foram analisados e confrontados a fim de diagnosticar as semelhanças e principais causas da problemática, além de ser realizado um contraponto com a pesquisa eletrônica realizada e compilação dos dados em planilhas, gráficos e dissertação apontando as conclusões obtidas a partir do estudo.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme figura abaixo pode se observar que o PIB per capita está na faixa dos R\$38.299,01 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,737, acima da média nacional de 0,759 que já é considerado alto. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em Guarani das Missões é de 97,8 %, frente aos 97,6% a nível de Brasil, bem como o analfabetismo acima de 15 anos de idade (4,99%) que também se encontra em melhor situação do que a média nacional.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos de Guarani das Missões X Brasil

Indicadores socioeconômicos		
	Guarani das Missões	Brasil
PIB Per capita	R\$ 38.299,01	R\$ 35.161,70
IDH	0,737	0,659
Taxa de Escolaridade	97,8	97,6
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais	4,99%	8,3%

Fonte: Elaborado pelo Autor

##### 4.1 CARATERIZAÇÃO DO MEIO RURAL DA ÁREA DE ESTUDO

Conforme os dados da plataforma MapBiomas Brasil, em torno de 83% da área territorial não urbana do município é coberta por alguma espécie de cultivo agropecuário, seja lavouras permanentes, temporárias ou pastagens, 14% por áreas de floresta e o restante divide-se entre áreas não vegetadas, áreas cobertas por água e formações naturais não florestais.

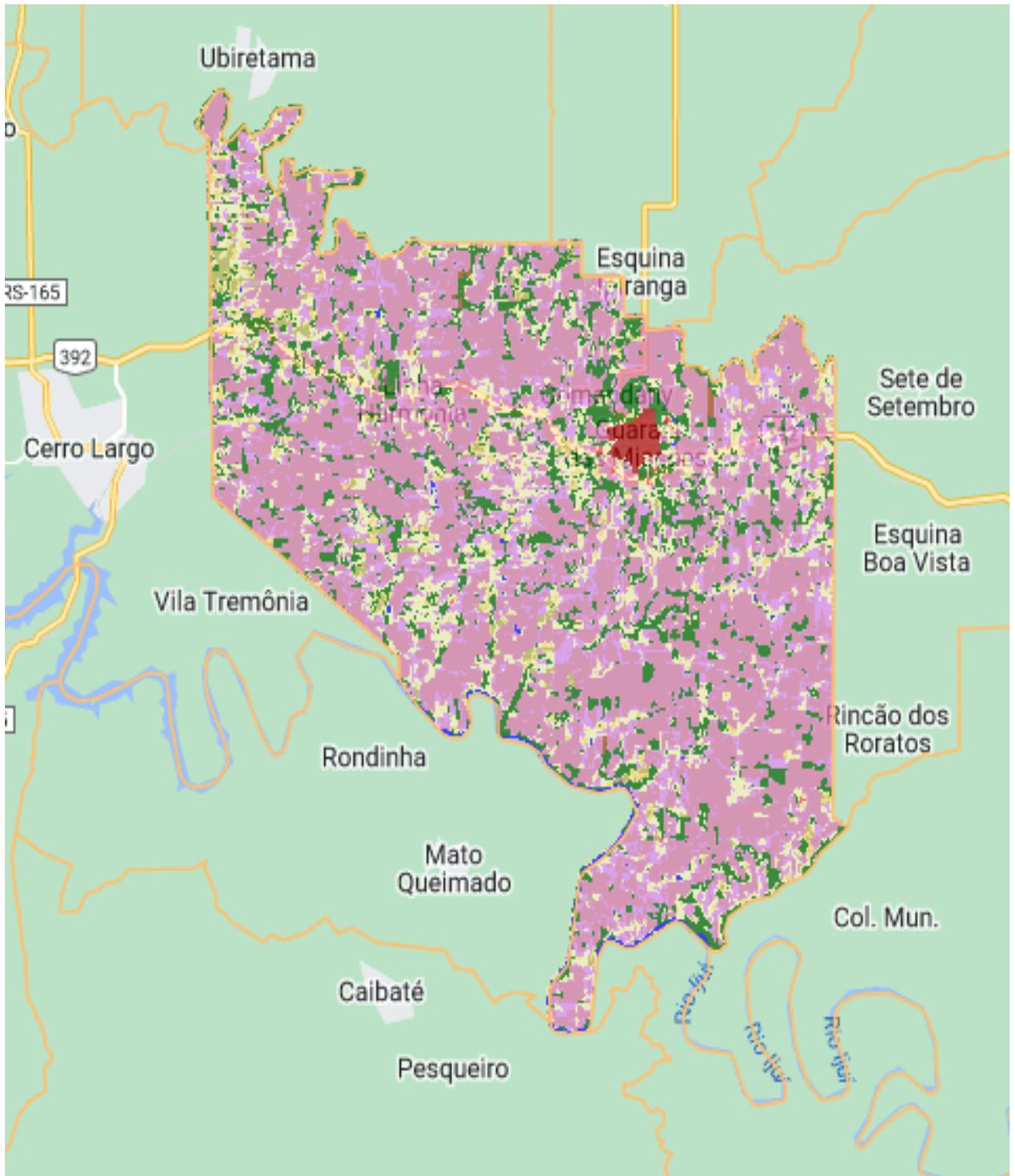


Figura 3 – Principais classes de cobertura territorial do município de Guarani das Missões

Fonte: MapBiomas Brasil

Na figura abaixo é possível observar a evolução da cobertura vegetal e agrícola no território no decorrer das duas últimas décadas:

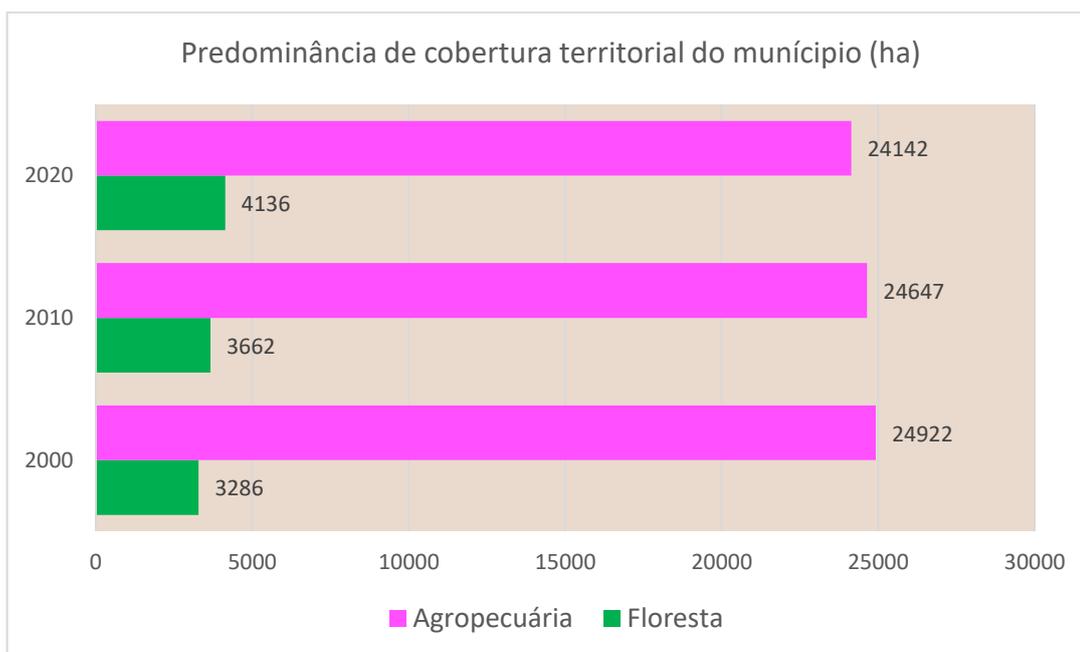


Figura 4: Evolução da cobertura agropecuária e florestal no município.

Fonte: MapBiomias Brasil

Nos últimos 20 anos não se observam mudanças significativas na área agropecuária no município, bem como na cobertura florestal. Percebe-se uma pequena redução gradativa da área agrícola e aumento das florestas, que pode ter vínculo com o abandono do meio rural por parte da população, como já exposto anteriormente, bem como a partir da implantação do novo código florestal que trouxe uma nova consciência de preservação ambiental aos produtores rurais principalmente no que se refere a reserva legal e áreas de preservação permanente.

Assim como a grande maioria dos municípios da região, a economia de Guarani das Missões está alicerçada no setor primário, tendo a produção agropecuária como uma das principais fontes de arrecadação. Conforme dados obtidos com o escritório da Emater local, a área plantada de soja em 2020, foi de 15000 hectares, sendo esta cultura, a maior fonte de renda dos agricultores e que mais agrega valor ao setor, cerca de 35 milhões de reais, correspondendo a 54% do valor total. Em segundo lugar, tem-se a bovinocultura de leite com em torno de 16,4 milhões de litros produzidos, agregando em torno de 15 milhões de reais, logo, o milho com

5000 hectares e mais de 8 milhões, e o trigo com também 5000 hectares, somando em torno de 6 milhões de reais por ano.

Conforme série histórica do IBGE sobre a evolução dos principais cultivos temporários no meio rural, temos a redução na área plantada de soja no município, entre 1990 e 2010, de 26500 hectares para 20500, que se dá devido a perda de território para o município de Sete de Setembro, emancipado no ano de 1995, já entre 2010 e 2020 conforme escritório da Emater local, houve revisão da área plantada por parte do Conselho Municipal de Estatísticas Agropecuárias (COMEIA), em função de superestimação da área apontada em 2010, ficando esta de 17500 para 15000 hectares. No caso do milho, segundo a Emater, houve grande redução do número de produtores de leite na última década, fator este que acarreta na redução da área, ou o não plantio da cultura, base da alimentação do rebanho, a área que já foi de 5000 hectares, hoje está estimada em 2500.

Com relação a caracterização dos indivíduos no meio rural do município, para Hermes (2017) a masculinização não é um fator preocupante para levar os jovens a abandonar o meio rural, e por parte das mulheres, não é percebido o fenômeno de o meio rural estar ficando masculinizado. Em Guarani das Missões a redução da população rural é um fato, porém, segundo IBGE as proporções entre homens e mulheres residentes, tem se mantido, não indicando aqui também um processo de masculinização.

Quanto a questão etária, os idosos e aposentados rurais de certa forma contribuem para a estagnação do êxodo rural, preenchendo lacunas do envelhecimento, porém não contribuem para o desenvolvimento rural, visto que já não tem ambição de evoluir dentro da propriedade. assim, há a junção do comodismo com a idade avançada fazendo com que propriedades, que muitas vezes, apresentam um potencial agropecuário enorme, mantenham-se em estado de repouso (MAGALHÃES, 2011). Os dados dos últimos censos demográficos do IBGE, indicam o aumento da idade média do meio rural, face aos avanços nas políticas públicas, aposentadoria rural, bem como o aumento da expectativa de vida da população.

Com base nos objetivos propostos, foi elaborado um questionário com 20 questões abertas como instrumento de coleta de dados. Com a aplicação do questionário atingiu-se uma amostra de 10 agricultores respondentes, definida pela acessibilidade e pela disposição dos indivíduos em participar da pesquisa.

O campo de estudo se deu entre indivíduos produtores rurais, independente de possuírem potenciais sucessores, residentes no meio rural, caracterizados como Agricultores Familiares possuidores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), isto é, possuir como

característica quatro módulos fiscais de área de terra no máximo. Onde, conforme destaca o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o município de Guarani das Missões um módulo fiscal representa 20 ha.

O período de aplicação do questionário compreendeu os meses de maio e junho de 2022.

#### 4.2 POPULAÇÃO PESQUISADA

A pesquisa envolveu 10 agricultores familiares do município de Guarani das Missões. Dos entrevistados, seis eram do sexo masculino e quatro do sexo feminino, tal fator se deu de forma aleatória em função da disponibilidade do familiar em responder o questionário no momento da aplicação. O número total de pessoas abrangidas pelo questionário foi de 32 pessoas, considerando a soma de todos os núcleos familiares. Do total, 17 pessoas são do sexo masculino e 15 são do sexo feminino.

A parte ética da pesquisa se deu através do sigilo da identidade dos respondentes dos questionários, sem a utilização de nada que possa identificá-los, sendo que os mesmos são identificados pelos nomes: Entrevistado 1, Entrevistado 2 e assim por diante conforme ordem da realização das entrevistas.

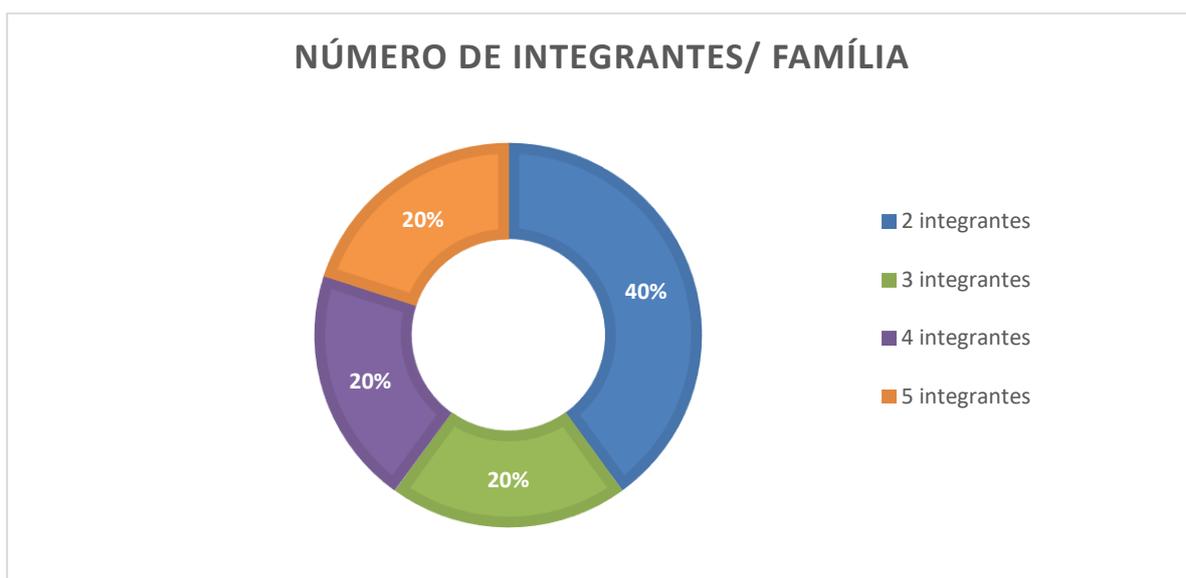


Figura 5 – Número de integrantes por família entrevistada

Fonte: Elaborado pelo autor

Das 10 famílias entrevistadas, quatro são formadas por apenas dois integrantes atualmente na propriedade, duas famílias por quatro integrantes, duas por três, e outras duas por cinco integrantes. A partir da Figura 5 pode-se perceber que 60% das famílias entrevistadas possuem apenas duas ou três pessoas no núcleo familiar residindo no meio rural, ou seja, apenas o entrevistado e o cônjuge, ou mais um filho. Conforme dados levantados na pesquisa de campo, em cinco famílias destas seis com até três integrantes, já houve migração de componente para o meio urbano ou outras localidades. Estes relatos relacionam-se com o que diz Führ (2005), que a migração no Brasil passou a ser constante com o objetivo de buscar qualidade de vida e trabalho.

No caso de três entrevistados, ocorreu o retorno de membros ao meio rural, em duas famílias em função do envelhecimento dos pais para dar sucessão ao projeto produtivo, e em uma delas a partir da compra de propriedade rural após aposentadoria urbana de um dos componentes, onde o filho também comprou área, a partir de programa de governo, anexando esta a propriedade já existente.

Como parâmetro para divisão das faixas etárias, foi considerado o Estatuto da Juventude (LEI N° 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013), onde "são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, no caso deste trabalho, incluindo também as crianças residentes. Além deste, o Estatuto do Idoso (LEI N° 10.741, DE 1° DE OUTUBRO DE 2003) foi o balizador para definição da faixa etária superior, conforme sua redação, definindo idoso como pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

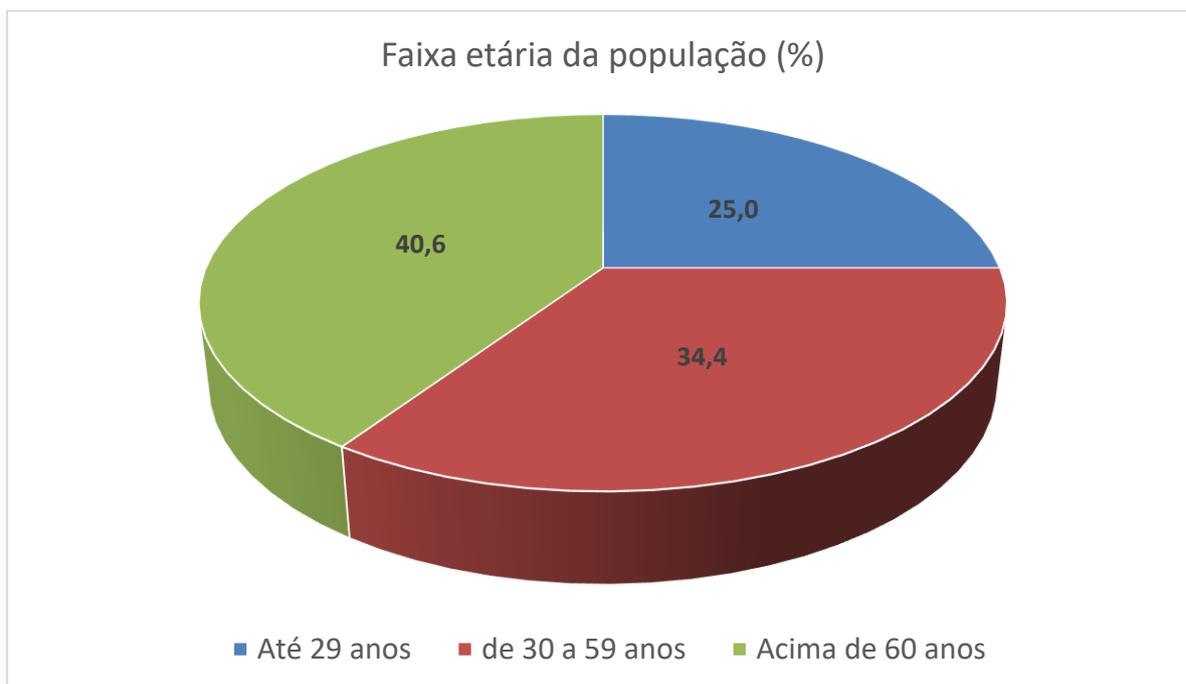


Figura 6 – Faixa etária da população pesquisada

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme dados da figura acima, percebe-se que poucos são os jovens residindo na região estudada, sendo esta a menor faixa encontrada (25%) considerando ainda que das 10 famílias estudadas, sete responderam que descendentes já deixaram o meio rural. De 32 pessoas abrangidas nas entrevistas, 16 delas, ou seja 50%, já possuem mais de 50 anos de idade. Avançando na análise do gráfico acima, os idosos são o grupo predominante no público abrangido pela pesquisa, o que também reforça a conclusão de Magalhães (2011) em seu estudo, citando a introdução da aposentadoria rural, que proporcionou aos beneficiários rurais a possibilidade de adquirir o que não é produzido nas suas propriedades, e os mantém ativos em termos de comercialização. Mesmo que haja uma diminuição da produção pelo fato da idade avançada, tal benefício faz com que eles não saiam de suas propriedades pelo fato de produzirem menos, pois possuem uma renda fixa garantida para a manutenção de suas necessidades básicas no meio rural.

Conforme dados obtidos a campo, oito dos 32 residentes possuem menos de 30 anos, e outros oito, de 31 a 50 anos, ou seja, 50% do total de abrangidos na pesquisa possuem menos de 50 anos. Ocorre que muitos filhos, potenciais sucessores da propriedade, migram para o meio urbano ou outras regiões durante a juventude, buscando conciliar trabalho e estudos, e acabam não retornando ao meio rural, dando indicativos do envelhecimento do rural, conforme relatos

dos próprios entrevistados e fortalecendo os dados obtidos pelo estudo de Hamann (2017) em uma localidade do município de Três de Maio, distante cerca de 100km de Guarani das Missões.

#### 4.3 UMA ANÁLISE DE COMO OS FATORES SOCIAIS, ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E FAMILIARES PODEM INFLUENCIAR NA PERMANÊNCIA OU NÃO DA POPULAÇÃO NO MEIO RURAL.

Para a continuidade nas atividades agropecuárias e êxito na sucessão familiar rural uma série de fatores precisam ser levados em consideração, nesta pesquisa de campo, buscou-se elencar quatro destes, de modo que foram contemplados no questionário em forma de questões abertas, de livre resposta para os entrevistados, são eles: fatores sociais, econômicos, ambientais e familiares.

##### 4.3.1 Indicadores sociais

Nesta seção é apresentado como os fatores sociais afetam a vivência dos indivíduos no meio rural. Foram levadas em consideração questões como, interesse em sair do meio rural, famílias que já tiveram integrantes que saíram do meio rural e que já retornaram do meio urbano ao meio rural, dificuldade em residir no meio rural e escolaridade.

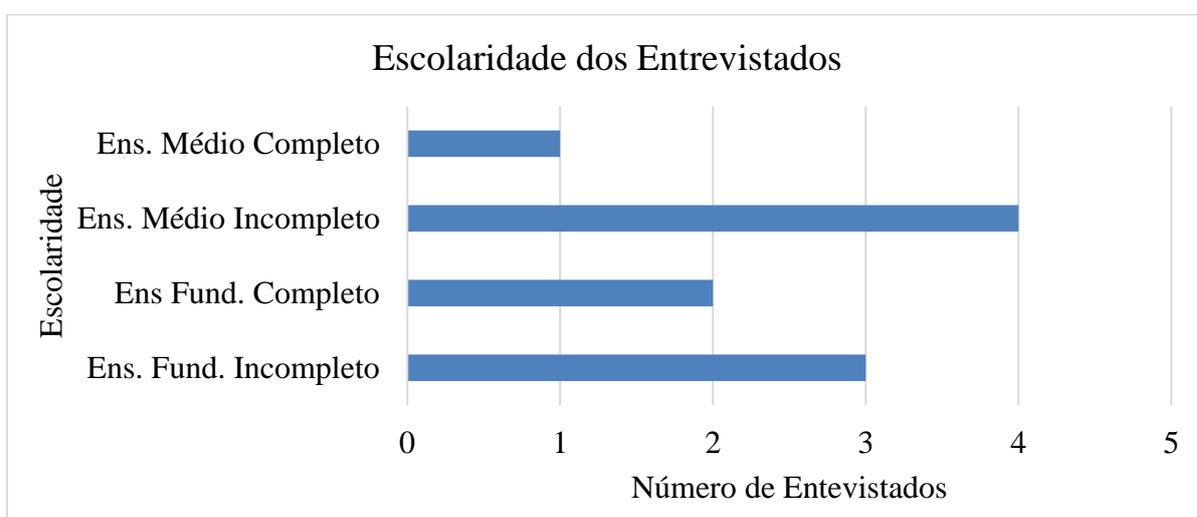


Figura 7: Escolaridade do Entrevistado

Fonte: Elaborado pelo autor

Pode se perceber que quanto mais avançada a idade do indivíduo, menor é a sua escolaridade. A figura 7 nos mostra que apenas um dos entrevistados possui formação completa no Ensino Médio, fator este que denota o baixo nível de formação dos produtores rurais no município. Quando perguntados, nove dos 10 entrevistados consideram a escolaridade um fator relevante para a permanência no meio rural atualmente, visto que cada vez mais se exige conhecimento em novas tecnologias, devendo o produtor se profissionalizar na atividade desempenhada, também citam que é necessário um nível satisfatório de estudo para a tomada de decisões assertivas na propriedade, embora este fator possa colaborar para a saída dos jovens da propriedade.

Conforme Matte e Machado (2016), no que diz respeito à escolaridade, existe uma relação contrária entre o grau de formação e a permanência no meio rural, ou seja, quanto mais escolarizado for o indivíduo, menor será a probabilidade de ele permanecer no seu meio de origem. Fator este que é confirmado através das entrevistas, onde os indivíduos afirmam, em sua maioria que, os familiares que deixaram o meio rural, partiram em função de formação superior ou técnica, na busca de emprego no meio urbano.

Contraopondo-se isso, apenas três das 10 famílias entrevistadas já pensaram em deixar o meio rural e residir no meio urbano. Dentre os principais fatores para a permanência no meio rural, citam-se: a qualidade de vida oferecida pelo meio rural, possibilidade de produção de autoconsumo que reduz o custo de vida, criação e educação dos filhos de forma mais tranquila, e o fato de que hoje são ofertadas praticamente as mesmas comodidades no meio urbano e rural. Dentre os respondentes que já pensaram em deixar o meio rural, os motivos citados são: preço ofertado pela produção (no caso dos produtores de leite), busca de renda fixa mensal, e no caso do Entrevistado 2, este informou que a esposa residia na cidade quando solteira, fator este que influencia no pensamento da mesma em retornar ao meio.

#### **4.3.2 Indicadores Econômicos**

Quanto aos indicadores econômicos, foi questionado sobre a satisfação dos entrevistados em residir e ter o meio rural como sua forma de sustento, com questões que abrangem a matriz produtiva da propriedade, seu tamanho e se a mesma é suficiente, quanto ao tamanho de propriedade ideal conforme a necessidade do entrevistado e programas de crédito rural disponibilizados pelo governo.

A Figura 8 apresenta os produtos produzidos para fins de comercialização e renda das propriedades entrevistadas:

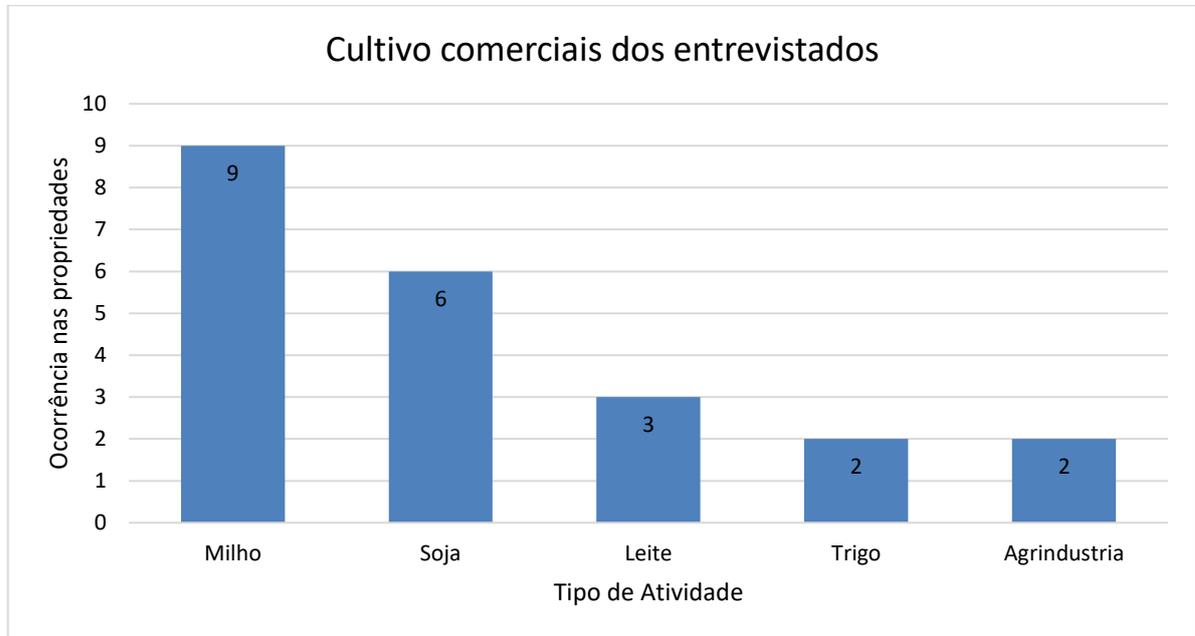


Figura 8: Ocorrência dos cultivos encontrados nas propriedades entrevistadas

Fonte: Elaborado pelo autor

Em nove das 10 propriedades entrevistadas é possível encontrar o milho como produção agropecuária, visto que esta é base da alimentação dos animais utilizados na produção leiteira e de autoconsumo. Em segundo lugar temos a soja em seis propriedades, após o leite, encontrado em três propriedades, e então a atividade de agroindústria, em outras duas, assim como o trigo.

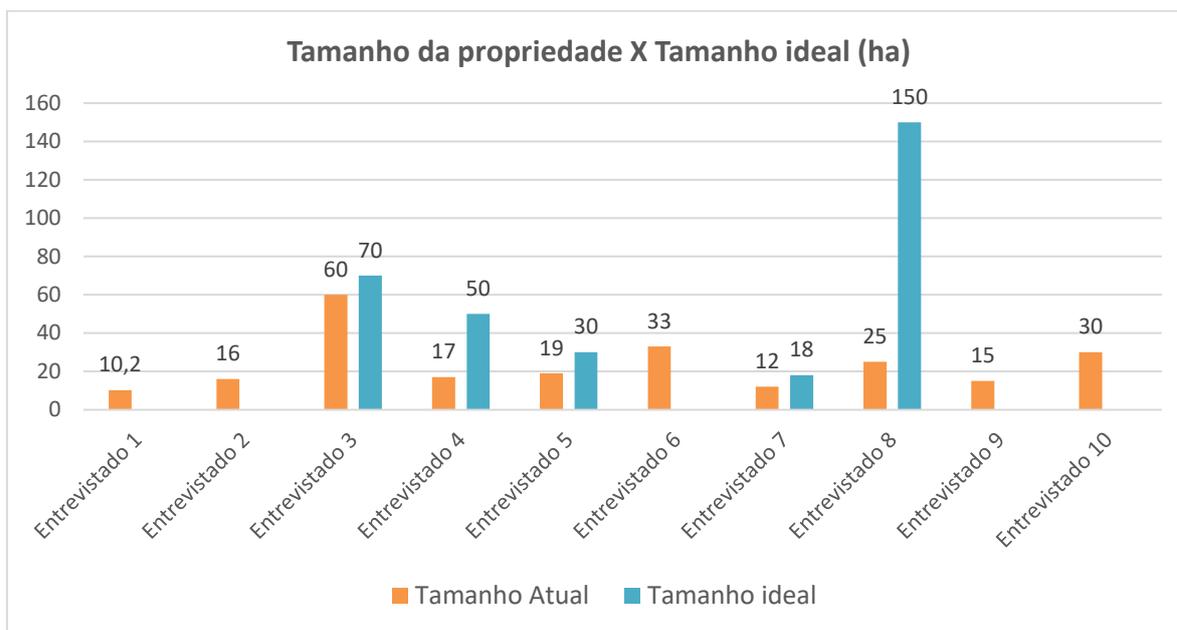


Figura 9: Comparativo entre tamanho da propriedade atual e tamanho ideal conforme a percepção do entrevistado.

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da figura 9, se observa que as propriedades em sua maioria são de menos de 1 módulo fiscal (20 ha), duas se encontram entre dois ou três (Entrevistado 6 e Entrevistado 10), e apenas uma possui 3 módulos fiscais (Entrevistado 3).

Apenas o Entrevistado 5 considera que sua propriedade não é suficiente para residir e produzir no meio rural, afirma que a mesma deveria ser maior. Os demais consideram a área suficiente, embora também pensam que poderia ser um pouco maior, conforme suas necessidades.

Quando questionados sobre o interesse em adquirir mais terras a partir de programas de governo, ou de forma particular, as opiniões são divididas, onde cinco teriam interesse e os demais não, pois consideram que a idade avançada ou os recursos disponíveis (implementos, mão de obra) não possibilitariam agricultar uma área maior.

Referente ao crédito rural, oito entrevistados consideram os programas extremamente necessários para a manutenção do agricultor no campo, visto que é o que financia seus meios de produção, seja em investimento ou custeio, bem como através do seguro das lavouras financiadas. Entre os entrevistados dois não utilizam dos serviços de crédito rural, mas consideram importante a manutenção deste aos beneficiários. Quanto aos valores e juros disponibilizados, sete entrevistados consideram os juros altos, alegando que tem subido a cada

plano safra. Dois dos entrevistados consideram justos os juros e valores e um não tem conhecimento dos mesmos.

Assim como concluiu Parnoff (2017) em seu estudo, a totalidade dos entrevistados apontou melhorias no padrão de vida no meio rural, vinculando esta condição à disponibilização de crédito e, conseqüentemente, a melhorias em diversos setores do contexto agrícola e pecuário. Apesar de alguns retrocessos e remodelação a cada plano safra, o crédito rural vinculado ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) se faz uma indispensável ferramenta para a manutenção das famílias no meio rural, bem como para custear seus meios de produção.

#### 4.3.3 Indicadores Ambientais e climáticos

A questão ambiental e climática está diretamente relacionada ao meio rural, no que se refere a produção animal e vegetal, interferindo diretamente em seu resultado final, e conseqüentemente na renda e qualidade de vida dos indivíduos. Nesta parte da pesquisa, buscou se evidenciar como os fatores climáticos e ambientais influenciam o relacionamento do agricultor com o meio em que vive, e o seu ponto de vista quanto a estes temas.

Tabela 2: Percepção do entrevistado quanto as intempéries climáticas.

	Intempéries climáticas afetam a vivência no meio rural?	Já pensou em sair do meio rural em função de intempéries climáticas
<b>Sim</b>	9	1
<b>Não</b>	1	9

Fonte: Elaborado pelo autor

Dos entrevistados, 10%, ou seja, apenas um acredita que as intempéries climáticas não influenciam ou afetam a vivência no meio rural, alegando que não é possível controlar fatores climáticos, que os mesmos são passageiros, e que o clima é cíclico e volta a se normalizar com o decorrer do tempo. Os demais compreendem que a qualidade de vida é afetada, em função da redução da produtividade, impossibilidade de implantação de novas culturas e por consequência a redução da renda.

Apesar disto, 90% dos agricultores deu resposta negativa quando perguntados sobre deixar o meio rural em função de secas, excesso de chuvas ou outra intempérie. Durante as entrevistas foram obtidas respostas como:

“O meio urbano também é afetado, fazer o que na cidade” (Entrevistado 1).

“Seca e chuvorada sempre tiveram, a gente tem que acreditar que melhora no próximo ano” (Entrevistado 2).

Tais colocações reforçam a afirmação de Soares (2009), de que os indivíduos residentes no meio rural estabelecem laços e vínculos, expressando assim um sentimento de “pertencimento”, uma identidade cultural no local em que se vive. Corroborando com Soares (2009). Os dados deste estudo mostraram que apenas um dos entrevistados julga sair do meio rural em função de intempéries climáticas, sobretudo se as mesmas se tornarem mais recorrentes.

Em sua totalidade, os entrevistados alegam não ser suficientes as iniciativas governamentais para a contenção de crises econômicas em função das intempéries climáticas, julgando que existe muita burocracia e morosidade até a chegada de apoio e subsídios, muitos agricultores não são beneficiados por não se enquadrarem nas regras, e tais iniciativas não contemplam de forma integral as necessidades ou perdas em função dos eventos climáticos.

Também é unanimidade para os entrevistados que a aplicação das legislações ambientais são importantes para a preservação da natureza e recursos naturais, e que deveria haver mais fiscalização, visto que são percebidas muitas inconformidades com a mesma, principalmente nas grandes áreas e outras regiões, por outro lado, dois entrevistados apontam que poderia ser mais flexível em certos pontos para a agricultura familiar, no que se refere a cedência de licenças para remoção de vegetação e compensação em outros locais e/ou com outras espécies para melhor aproveitamento posterior (frutíferas, lenha, madeira).

Contrapondo-se ao estudo de Bordin (2017) no município de Camargo, onde dos 10 entrevistados, apenas um era a favor da aplicação das legislações ambientais, especialmente o Cadastro Ambiental Rural (CAR), conforme respostas dos entrevistados, é percebida a preocupação principalmente com a recomposição de áreas de preservação permanentes (APP's), beiras de rios, olhos d'água e fontes naturais. Tal fenômeno pode ter ligação a questão de os mesmos ter vencido a desconfiança quanto a implantação da nova legislação e elaboração do CAR de suas propriedades rurais, fator este que se deu com mais plenitude a partir de 2016,

e com o avançar dos anos não se mostrou um empecilho para a normalidade da produção agropecuária junto a agricultura familiar.

#### **4.3.4 Indicadores familiares**

Nesta seção buscou-se avaliar questões internas dos entrevistados, incluindo fatores de sucessão, geracionais e etários do núcleo familiar.

Dentre os entrevistados, 60% possuem descendente residindo na propriedade, o Entrevistado 9 afirma que não deve haver sucessão a propriedade, pelo fato desta ser menina e o núcleo familiar ser composto somente por ela e a mãe, mas percebe que um dos dois filhos que já residem no meio urbano pode retornar para o meio rural.

O Entrevistado 3 afirma que a filha não deve permanecer na propriedade, mas o filho, este mais novo, tem interesse na atividade e assim como os demais, asseguram que o processo de sucessão está sendo trabalhado através de fornecimento e incentivo a educação, abertura para opinião e tomada de decisões na propriedade e em alguns casos, compensação financeira pelas atividades desempenhadas. Entre os entrevistados, dois responderam que pretendem incentivar os filhos que já residem no meio urbano, a retornarem ao meio rural após o envelhecimento para dar sequência ao projeto produtivo.

Quanto a tomada de decisões e uso de recursos econômicos na propriedade, dois dos entrevistados dizem que estas são tomadas majoritariamente pelo líder da propriedade. Os demais informaram que as decisões são tomadas pelo grupo familiar, inclusive pelos jovens e/ou sucessores. O Entrevistado 10 informou que em seu grupo familiar, as decisões a nível de agricultura, plantio e lavouras, são tomadas apenas pelos homens, visto que as mulheres não se envolvem “por não entender do assunto” segundo suas palavras, porém nas demais atividades, como agroindústria, as decisões são democráticas entre todos os membros do grupo familiar.

Tal constatação fortalece o estudo de Lermen (2017), nas regiões Noroeste e Celeiro do Rio Grande do Sul, onde o autor conclui que os jovens têm participação na tomada de decisão das propriedades, sendo que mais de 75% dos jovens responderam que os pais dão oportunidade de os filhos exporem suas ideias e participar das decisões internas na propriedade.

Por fim, apenas três dos entrevistados dizem não considerar viável a permanência no meio rural após o envelhecimento caso não houver sucessão na propriedade. Aqui considera-se o termo envelhecimento, ao contrário de aposentadoria rural, devido ao fato de que no meio

rural, os produtores tendem a seguir com suas atividades produtivas após alcançar a idade para receber tal benefício.

Entre os principais fatores citados estão: distancia da cidade e falta de mão de obra para dar sequência as atividades. Os demais julgam viável a permanência, visto que a propriedade se encontra estruturadas e não consideram penosa ou exaustivas as atividades desempenhadas.

Nenhum dos produtores entrevistados tem definido um projeto produtivo alternativo após o envelhecimento, porém três destes, entendem que é possível manter a matriz produtiva mesmo com o avançar da idade. O Entrevistado 8 pensa em arrendar as lavouras e continuar residindo no meio rural, o 3, pretende continuar no meio rural, mas migrar para algum ramo menos penoso, e o Entrevistado 9 acredita que um dos filhos deve retornar para dar sucessão as atividades.

Apoiando-se no estudo de Hermes (2017) também é perceptível que no município de Guarani das Missões, as propriedades já estruturadas, com equipamentos adequados, para a atividade desenvolvida, são as que mais tem chance de sucesso em manter os jovens no campo. Também se observa a partir das respostas que nenhum jovem irá permanecer se não tiver condição de dar continuidade a matriz produtiva já desenvolvida pelos pais. Seguindo o raciocínio de Hermes (2017), alguns entrevistados apontam que na próxima década, com o possível aumento do desemprego no meio urbano, combinado com a perda de direitos trabalhistas, o quadro pode se inverter, ou seja, os jovens que ainda têm a possibilidade, poderão voltar à propriedade dos pais para dar sequência ao projeto produtivo existente, valorizando principalmente a produção de subsistência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi analisar os fatores causadores da contínua redução da população rural do município de Guarani das Missões, no Rio Grande do Sul, bem como discutir seus resultados. Através de elementos específicos abordados nas entrevistas junto aos agricultores, foi possível ter a percepção de como os fatores sociais, econômicos, ambientais e familiares afetam e condicionam a permanência ou não dos indivíduos no meio rural.

Pode-se perceber que apesar do reduzido número de residentes por família no meio rural atualmente, os mesmos, em sua maioria não tem interesse em deixar o meio rural. Alegam que o estudo é importante para a permanência na propriedade hoje em dia, visto que com a introdução de cada vez mais novas tecnologias no meio, se faz necessário um nível de escolaridade para melhor assimilação das mesmas. Ainda, reconhecem a dificuldade em manter os jovens no meio rural e que o processo sucessório tem sido trabalhado internamente nas propriedades onde existe essa possibilidade, avaliando que a escolaridade e formação profissional é importante, mesmo para a permanência no meio rural, embora estas possam ser um impulso para a saída dos mesmos da propriedade.

A partir da conversa e entrevista com os produtores da amostra, também foi possível perceber que o tamanho das propriedades já não é um empecilho para a permanência no meio rural. Com o avanço das políticas de crédito rural e aumento da produtividade a partir da introdução de novas tecnologias, houve aumento da produtividade, e por consequência renda e qualidade de vida. A maioria dos entrevistados entende que sua propriedade é suficiente para residir e produzir com qualidade de vida, embora teria interesse em aumentar um pouco a área de produção.

Contrariando expectativas, apesar dos entrevistados concordarem que as intempéries climáticas afetam a vivência no meio rural, em função da redução da produtividade, renda e consequentemente qualidade de vida, este, não consideram abandonar este espaço em função das mesmas. Talvez isso possa ser um fato isolado, mas talvez nos dê indícios de que os preconceitos em relação ao meio rural estejam sendo superados, e as famílias estejam percebendo um futuro promissor no meio rural, assegurando a possibilidade de viver com mais qualidade de vida na agricultura familiar, promovendo, sobretudo a sua sustentabilidade.

Após a análise dos dados obtidos, as entrevistas mostraram que nenhum dos produtores possui um plano para mudar a matriz produtiva após o envelhecimento ou aposentadoria, mas tendem a mudar para um ramo menos penoso, outros consideram continuar no ramo atual, em

função de não considerarem penosas as atividades e suas propriedades já se encontrarem estruturadas para tal plano produtivo.

Neste sentido, entende-se que a metodologia utilizada foi favorável para uma abordagem prática e possibilitou o entendimento e a constatação que os agricultores não têm interesse em deixar o meio rural, mesmo após o envelhecimento.

Em função da relevância dos temas e com o propósito de aprofundar a compreensão sobre o êxodo e seus fatores condicionantes, considera-se necessário desenvolver e propor novos questionamentos de pesquisa sobre estes temas na região, buscando utilizar metodologias que evidenciem as percepções da população que vive, ou já viveu, essa problemática, possibilitando, dessa forma, um melhor entendimento a nível local das motivações e consequências do êxodo rural.

## REFERÊNCIAS

- BORDIN, Analice (2017). Principais impactos nas pequenas propriedades rurais frente à manutenção e recomposição das áreas de preservação permanente no município de Camargo/RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179969>. Acesso em 05 jun. 2022.
- BOSCARDIN, Mariele. CONTERATO, Marcelo Antônio. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA25-3\\_09\\_as\\_mudancas](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA25-3_09_as_mudancas). Acesso em 02 abr. 2022.
- BRASIL, Lei N° 10.741, de 1° de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências [...] Brasília, DF [2003]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 09 jun. 2022.
- BRASIL, Lei N° 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. [...]. Brasília, DF [2013]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 09 jun. 2022.
- DELGADO, G. C. Do capital financeiro a economia do agronegócio. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre. Pesquisa qualitativa. Montreal: Mcgraw-hill Editores, 1991.
- FERNANDES, B. M. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. Revista Latinoamericana de Estudios Rurales, n. 04, p. 188-209, Jan.-Jun. 2018.
- FERREIRA, Diovane Cardoso. Impactos da migração residencial da zona rural para a urbana em Ilópolis / RS. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87447>. Acesso em: 22 set. 2021.
- FRÖHLICH, Egon Roque; DORNELES, Simoni Bochi. Elaboração de monografia na área de desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- FÜHR, Cristiane. Diagnóstico da migração interna no município de Derrubadas RS no período de 1993-2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61958>. Acesso em: 23 set. 2021

- GEHLEN,IVALDO; MOCELIN, Daniel Gustavo. Organização social e movimentos sociais rurais. Editora da UFRGS. 1ª Edição. 2009.
- GERHARDT, Tatiana Engel; TOLFO, Denise. Métodos de Pesquisa – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLGHER, André Braz. Fundamentos da Migração. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>. Acesso em 22 set. 2021.
- HAMANN, Leandro Jair. O êxodo rural e suas consequências para o Distrito de Manchinha-Três de Maio – RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180175>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- HERMES, Leila Cristina P. Envelhecimento e masculinização no meio rural em Tiradentes do Sul, RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179836>. Acesso em: 05 jun. 2022
- IBGE – Guarani das Missões, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/guarani-das-missoes/panorama>. Acesso em 31 agosto 2021.
- IBGE. Bancos de dados. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 23 set. 2021.
- LERMEN, Vanderlei Holz. Fatores que contribuem para a decisão sobre a permanência dos jovens no meio rural em municípios da região Noroeste/ Celeiro do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179867>. Acesso em 28 set. 2021.
- MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. São Paulo: Didática, 1990.
- MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista.
- MAPBIOMAS. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- MARMILICZ, Paulo Tomaz. A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais. Ijuí: Policromia, 1996.
- MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. Revista de Estudos Sociais. Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016
- MOREIRA, Sandro da Luz et al. Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 413-433, jun. 2020.
- PANNO, Fernando. MACHADO, João Armando. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural - Partir ou Ficar no Campo. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/205128>. Acesso em 28 set. 2021.

- PARNOFF, Tarcísio Chitolina. O papel do Sicredi como facilitador do crédito rural e o desenvolvimento econômico da agricultura familiar no município de Fontoura Xavier-RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179864>. Acesso em 05 jun. 2022.
- PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008
- Portal das Missões, disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/municipios/guarani-das-missoes/historia>. Acesso em 31 ago. 2021.
- SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.
- semiestruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25
- SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em 02 set. 2021.
- SLODKOWSKI, Aline C.; HEIDRICH, Álvaro. L. Territorialidade Polonesa em Guarani Das Missões/RS. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/142/pdf\\_25](http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/142/pdf_25). Acesso em: 21 set.2021
- SPANEVERELLO, R. M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SPANEVERELLO, R. M. et al. Os impasses no destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores no Rio Grande do Sul. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014, Fortaleza. Anais... Goiânia: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014 (a).
- THIES, Vanderlei Franck. Desagravização e Concentração Produtiva: Análise Longitudinal Das Trajetórias Da Agricultura Familiar Nas Missões Do RS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/209946>. Acesso em: 14 já. 2022.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES

PROJETO DE PESQUISA – ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERMANÊNCIA E SUCESSÃO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DE GUARANI DAS MISSÕES.

### Composição familiar

Relação com o líder familiar	Idade	Escolaridade

### Indicadores Sociais

- 1) A família tem ou já teve interesse em sair do meio rural e residir no meio urbano? Por que?
- 2) Possuem algum integrante do núcleo familiar que já saiu da propriedade e foi morar na cidade? Se sim, por quê?
- 3) Possuem algum integrante do núcleo familiar que morava na cidade e retornou para a propriedade? Se sim, por quê?
- 4) Na sua percepção, quais as principais dificuldades encontradas em residir no meio rural?
- 5) Você considera a escolaridade um fator relevante para a permanência ou não do indivíduo no meio rural? Por quê?

### Indicadores Econômicos

- 6) Qual o tamanho de sua propriedade em hectares? Você considera suficiente?

7) Quais os principais produtos produzidos na propriedade? Tem interesse em aumentar a produção de algum destes?

8) Na sua percepção quais as principais dificuldades encontradas para a comercialização de sua produção agropecuária?

9) Tem interesse em adquirir mais terras a partir de programas de governo ou de forma particular?

10) Para você, qual seria o tamanho de propriedade ideal para residir e produzir no meio rural vivendo com qualidade de vida e suficiência econômica? Por quê?

11) Você considera que os programas de crédito rural do governo são importantes para a permanência e produção no meio rural?

12) Os juros cobrados e valores disponibilizados são justos?

### **Indicadores ambientais e climáticos**

13) Você acha que as intempéries climáticas (seca, estiagem, excesso de chuvas, etc...) afetam a vivência e permanência no meio rural? Por quê?

14) Você já pensou em deixar o meio rural em função de intempéries climáticas? Por quê?

15) Na sua percepção, você considera as iniciativas governamentais suficientes para a contenção de crises econômicas no meio rural em função das intempéries climáticas? Por quê?

16) Qual a sua percepção da aplicação das legislações ambientais no meio rural afim de amparar a preservação de matas, rios, córregos e vertentes?

### **Indicadores familiares, geracionais e etários**

17) A propriedade possui descendente residindo interessado em dar sucessão ao projeto produtivo? Como isso está sendo trabalhado?

18) Quanto ao tema “aplicação e uso dos recursos econômicos na propriedade”, como é feita a tomada de decisões? De forma democrática entre todos os membros ou majoritariamente pelo líder da família?

19) Você considera viável a permanência familiar no meio rural após o envelhecimento, caso não houver sucessão na propriedade?

20) O grupo familiar já possui um projeto futuro para deixar de produzir ou mudar a matriz produtiva da propriedade a partir do envelhecimento?